



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Rui Costa, Ministro da Casa Civil, para que preste esclarecimentos sobre a acusação de "mau cheiro" na Eletrobras.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocado o Senhor Rui Costa, Ministro da Casa Civil, para que preste esclarecimentos sobre a acusação de "mau cheiro" na Eletrobras.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento do Senhor Rui Costa, Ministro da Casa Civil, para que preste esclarecimento sobre a acusação de "mau cheiro" na Eletrobras.

Isto porque, dentre outros pontos, em entrevista à GloboNews, o ministro afirmou que "o presidente quer estimular toda a participação privada. Agora, nós temos que ajustar aquilo que tem um cheiro ruim de falta de moralidade" no que diz respeito





ao poder de decisão do Estado na Eletrobras, empresa privatizada em 2022, após o processo passar pelo Congresso e pelo TCU (Tribunal de Contas da União). A fala põe em xeque a privatização da Eletrobras, alvo de críticas do petista já na campanha eleitoral de 2022¹.

Conforme expressado pelo Ministro, há uma necessidade premente de incentivar a participação do setor privado. Contudo, a perspectiva do governo aponta para uma irregularidade na definição do direito de voto em empresas estatais.

É digno de nota que a população brasileira detém uma parcela significativa, cerca de 43% a 46%, das ações da Eletrobras. Numa configuração peculiar, foi mencionado que, mesmo que o governo possua 43% das ações, seu direito de voto é limitado ao correspondente a 10%. Nesse sentido indagou o Ministro : *"O povo brasileiro detém 46% ou 43% das ações da Eletrobras. Num arranjo inusitado, eles disseram que, apesar de o governo ter 43% das ações, só vota no máximo o correspondente a 10%. Ou seja, alguém que tem 43% só vota o equivalente a 10%. Qual a base legal para isso?"*.

Na sexta-feira, dia 5 de maio, a Advocacia Geral da União (AGU) moveu uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando o limite de até 10% do direito de voto da União na Eletrobras. A ação, subscrita por Lula, solicita que a corte anule uma parte da lei que autorizou a privatização e estabeleceu o percentual de voto.

Lula já expressou publicamente sua desaprovação à privatização. Para ele, a venda da Eletrobras configura-se como *"um crime de lesa pátria"*. Ele também cogitou a possibilidade de o

1 <https://www.poder360.com.br/brasil/privatizacao-tem-cheiro-ruim-de-falta-de-moralidade-diz-rui-costa/>





Estado reassumir o controle da empresa, dizendo, *"É uma situação difícil. Sei que já tem fundo que pensa em vender. Mas eu espero, se a gente um dia tiver condições, que a gente volte a ser o dono da maior empresa de energia que esse país tem"*.

Durante a entrevista, Rui Costa criticou veementemente a manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 13,75%. *"O que está faltando para o Brasil acelerar o seu crescimento econômico? é ter juros mais baixos. Toda vez que vc oferece uma condição de juros mais baixos, como é a que o BNDES ofereceu, o valor some em um dia"*, declarou.

O Ministro afirmou que uma potencial nomeação de Gabriel Galípolo para a diretoria do Banco Central contribuiria para uma reflexão mais ponderada da instituição sobre a redução da taxa de juros. *"É importante botar jovens talentosos e muito capazes como é o Gabriel no Banco Central, para ele ajudar a uma reflexão melhor do Banco Central e para que possamos chegar a um juro que se compare ao resto do mundo"*, concluiu.

Destarte, diante dessas questões, apresentamos este requerimento para esclarecer oficialmente sobre a acusação de "mau cheiro" na Eletrobras.

Sala da Comissão, em _____ de _____
de 2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 15/05/2023 18:52:28.403 - CFFC

REQ n.213/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231491941100>

